



Conselho debate hoje violência contra profissionais de imprensa

Para a Federação dos Jornalistas, as agressões contra os profissionais de imprensa não colaboram com a luta pela democratização da informação

O Conselho de Comunicação Social do Congresso promove hoje, às 14h, audiência para debater a violência praticada contra jornalistas, radialistas e comunicadores.

O debate reunirá representantes do governo federal, das empresas de rádio e televisão e de entidades sindicais de trabalhadores da área.

O público poderá participar pelos canais interativos do Alô Senado. **7**

Profissionais de imprensa fazem homenagem ao cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago Andrade, morto durante manifestação no Rio de Janeiro



Fernando Fracão/ABR

CPI da Petrobras no Senado terá presidente do PMDB e relator do PT

Decisão foi anunciada pelos líderes das duas maiores bancadas na Casa, Eunício Oliveira e Humberto Costa, que deve indicar José

Pimentel para relator. Investigação pode começar amanhã, quando haverá reunião de líderes sobre participação da Câmara. **5**



Ao lado de Pedro Taques, Aloysio Nunes apresenta relatório na Comissão de Constituição e Justiça

Demissão por causa de aids poderá ser punida com até 4 anos de prisão

Segue para o Plenário projeto aprovado quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça que pretende evitar discriminação contra

trabalhadores com o vírus HIV. O texto terá que voltar à Câmara porque o relator, Aloysio Nunes Ferreira, retirou emenda de deputados. **6**



Renan Calheiros solicitou a líderes a indicação de nomes para as CPIs do Senado e mista



José Pimentel deve ser escolhido pela Liderança do PT para assumir a relatoria da comissão

Proposta impede recesso se Congresso não votar Orçamento da União **4**

Plenário vai analisar projeto que cria regras para licitação de obras federais **3**

ACONTECEU NO SENADO

Aprovada redução de impostos para micros e pequenas empresas

A prática dos estados de usar a substituição tributária, anulando os efeitos do Simples Nacional,

poderá ter limite. Mais de 1 milhão de empresas podem ser beneficiadas pela proposta. **8**

Audiência debate excesso de burocracia no Brasil

Representantes da indústria, do TCU e do Ibama discutem hoje, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o excesso de exigências de licenciamento e o rigor na fiscalização

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) debate hoje às 19h, em audiência pública, o excesso de exigências de licenciamento e o rigor na fiscalização. O evento integra o ciclo de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país, promovido no biênio 2013-2014.

Foram convidados o consultor legislativo do Senado Ivan Dutra Faria; o secretário de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação do Tribunal de Contas da União (TCU), José Ulisses Vasconcelos; o gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Shelley de Souza Carneiro; e o diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Thomaz Toledo.

No estudo *Ambiente e*



Debate faz parte de ciclo sobre logística proposto por Collor, que preside a CI

Energia: crença e ciência no licenciamento ambiental, que enfoca dificuldades no licenciamento ambiental no Brasil, Faria afirma que é especialmente grave a situação no setor de infraestrutura. Para novos projetos, informa ele, deve ser atendido um número “surreal” de normas — em muitos casos, impostas por meios infralégais ou a partir de “vácuos legislativos”. O excesso

de regras, afirma, pode ser creditado à “histórica vocação nacional” para a burocratização de procedimentos na gestão pública, à resiliência das práticas de corrupção na sociedade e à existência de falhas e omissões na legislação.

A CI é presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL), autor do requerimento para a realização do ciclo de audiências públicas.

Para Humberto, apoio do povo ao Mais Médicos fez oposição recuar

O líder do PT, Humberto Costa (PE), enalteceu a “decisão corajosa” da presidente Dilma Rousseff de lançar o Programa Mais Médicos há quase um ano. Naquele momento, lembra, houve “quase uma convulsão raivosa” de alguns setores diante da determinação de levar médicos a localidades desprovidas ou com poucos profissionais.

— A medida provisória que o criou sofreu todo tipo de oposição e nossos adversários votaram contra — destacou.

Segundo o senador, diante da aprovação popular, os adversários mudaram de posição. Ele citou o pré-candidato do PSDB à Presidência, Aécio Neves (MG), que chegou a classificar o programa de “uma violência sem tamanho” e que as medidas eram “marqueterias e paliativas”.

— Mas, curiosamente, cinco meses depois, quando lançou o esboço do seu programa de governo, o pré-candidato tucano disse que desejaria manter o Mais Médicos, se eventualmente viesse a ser eleito — afirmou.

Humberto Costa disse que o governo já deu início a um quinto ciclo do programa, que aumentará para mais de 14 mil o número de médicos em regiões mais vulneráveis e para 50 milhões de pessoas atendidas, um quarto de toda a população.



Anibal apresentou projeto que altera regras para eleições de senadores

Anibal Diniz defende aumento do número de mulheres no Senado

Diante do fato de que as mulheres ocupam apenas 14% de todos os cargos legislativos e somente 11% das prefeituras, Anibal Diniz (PT-AC) disse esperar que o Congresso aprove projeto de autoria dele que garante o aumento na participação de mulheres no Senado.

Pela proposta (PLS 132/2014), nas eleições para renovação de dois terços do Senado, uma das vagas deverá ser ocupada por mulher e a outra, por homem.

Ao defender o projeto, o senador disse que a lei que destina 30% das candidaturas para as mulheres não foi suficiente para aumentar a presença feminina nos cargos eletivos.

— Já a partir de 2018, se tivéssemos a oportunidade de aprovar essa matéria em 2014, poderíamos ter a representação feminina no Senado elevada dos atuais 13% ou 14% para no mínimo 33%. Isso seria algo fenomenal. Isso colocaria o Brasil numa posição de destaque no cenário internacional — disse.



Senador defende movimentação de cidadãos por eleições limpas e livres

Mozarildo critica ex-governador de Roraima e pede voto consciente

Os eleitores brasileiros e roraimenses precisam votar nas eleições de outubro de forma consciente, disse Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) na quarta-feira, em discurso no Plenário.

Segundo o senador, apesar de estar em vigor a Lei da Ficha Limpa (Lei 135/2010), alguns candidatos, como o ex-governador de Roraima, Anchieta Júnior (PSDB), que deixou o cargo para concorrer ao Senado, conseguem se manter elegíveis por meio de “jogadas jurídicas de advogados”.

— Que todo o brasileiro se movimente para que tenhamos realmente eleições limpas e livres de qualquer tipo de corrupção — disse.

De acordo com Mozarildo, Roraima passou a ser um estado deficitário, que gasta mais do que arrecada, durante a gestão Anchieta Júnior. Diante do quadro, ele informou que já enviou pedidos de providências ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores.

CDH Manipulação de informações

9h Audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate os efeitos da manipulação de informações — como dados econômicos e sociais — pelos governos.

COMUNICAÇÃO Violência em debate

14h O Conselho de Comunicação Social do Congresso promove audiência pública interativa sobre violência contra jornalistas. Foram convidados a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, e o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Celso Augusto Schröder, entre outros. Antes, às 9h e às 10h30, reuniões das Comissões Temáticas de Publicidade e Propaganda e de Conteúdo em Meios de Comunicação.

CI Burocracia e fiscalização

19h Burocracia, excesso de exigências de licenciamento e rigor na fiscalização são temas de audiência pública que integra o ciclo de debates da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre gestão de investimentos públicos.

TERÇA

CMA Destinação de baterias

8h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vota projeto sobre recolhimento e destinação final de baterias com chumbo e ácido sulfúrico na composição.

CCT Ministro de Ciência e Tecnologia

9h Audiência pública debate o tema “Agenda, prioridades e ações do MC-TI para 2014” com o titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina.

TRANSPOSIÇÃO Ministro da Integração

9h A comissão criada para acompanhar os programas de transposição e revitalização do Rio São Francisco promove audiência pública sobre o andamento das obras. Participa o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, entre outros.

CAE Livre comércio

10h A Comissão de Assuntos Econômicos pode votar projeto que cria áreas de livre comércio nos municípios de Corumbá e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul. Outro projeto isenta de IPI os instrumentos musicais adquiridos por músicos.

CE Combate ao bullying

11h Projeto que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) e a proposta que torna obrigatório exame oftalmológico e auditivo nas escolas de ensino fundamental da rede pública estão na pauta da comissão.

SEMINÁRIO Publicações eletrônicas

11h Abertura do seminário sobre publicações eletrônicas organizado pelas Edições Técnicas do Senado. Em debate, publicações eletrônicas no Brasil no setor público e privado, direitos autorais e desafios técnicos. Durante o evento, será lançado o *Guia de Fontes de Informação sobre o Senado*, produzido pela Secretaria de Comunicação Social, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

CONGRESSO Homenagem

12h Sessão solene do Congresso destinada a comemorar os 70 anos de vida artística do pintor brasileiro Glênio Bianchetti.

CMMC Efeito estufa

14h30 Discussão sobre as estimativas de emissões de gases de efeito estufa com o diretor do Departamento de Políticas e Programas Temáticos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Osvaldo Luiz Leal de Moraes.

LIVRO Lançamento

18h30 O jornalista Tércio Ribas Torres, da Agência Senado, lança o romance *Beleza Estranha* na Biblioteca do Senado.

QUARTA

CI Indicações para Dnit

7h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa a indicação de Valter Casimiro Silveira e Adailton Cardoso Dias para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Também pode ser votado projeto que trata da desoneração do PIS-Pasep e da Cofins para o transporte urbano intermunicipal.

CAS Carteira de trabalho

9h Entre outros itens, está o projeto que permite emissão de carteira de trabalho por meio eletrônico.

CCJ Reintegração e vandalismo

10h A reintegração no emprego dos funcionários da Caixa Econômica Federal demitidos no período de 1995 a 2003 está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto que reprime o vandalismo em manifestações volta à discussão.

EDUCAÇÃO Financiamento

14h A comissão temporária criada para debater e propor soluções para o financiamento da educação realiza audiência pública. Estão convidados Alejandra Velasco, gerente da área técnica do movimento Todos pela Educação, e Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

QUINTA

CRE Ministro do Desenvolvimento

10h O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos, participa de audiência pública sobre a agenda do Mercosul para este ano.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



A proposta busca mais controle dos custos de obras da União, como a restauração da rodovia BR-364, em Goiás

Regras para obras federais seguem para votação final

Projeto que define normas para licitações da União foram aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça. Falta decisão da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CONTROLE DE CUSTOS em obras públicas federais é o objetivo do substitutivo a projeto (PLS 104/2010) aprovado quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto de Pedro Taques (PDT-MT), que define normas para licitações da União, segue para votação final na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Taques optou por sugerir a aprovação de uma lei autônoma, sem a função de regulamentar dispositivos da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993). Segundo ele, o objetivo não é instituir normas gerais de licitações e contratos para todos os entes federados, mas apenas para a União.

O senador manteve o Siste-

ma de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro) e o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) como referenciais básicos de controle de custos de obras federais. Ambos foram estabelecidos, conforme assinalou, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2004.

Mas, observando a evolução das normas, o senador incluiu no substitutivo as inovações produzidas pela LDO para 2011. Também acrescentou os dispositivos do Decreto 7.983/2013, que fixou regras para a elaboração de orçamentos em obras e serviços de engenharia.

Segundo Taques, a grande inovação da LDO em 2011 foi regular parâmetros de preços em regimes de empreitada por

preço global. Ele observou que esse regime de preços já é utilizado em obras de grande porte, como as da Petrobras.

No relatório, Taques argumentou que “o silêncio da legislação acerca da forma de aplicação das exigências relativas a preços unitários termina por gerar insegurança jurídica na sua aplicação e, paradoxalmente, fragilizar as possibilidades de controle de sobrepreço sob o pretexto de imprecisão na legislação”.

Outra preocupação do relator foi deixar claro o princípio geral de que a escolha do sistema de custos aplicável, quando houver uma coincidência dos insumos e serviços, é obrigatoriamente fundada na melhor adequação às características técnicas da obra.

Gurgacz acompanha andamento de obras do governo em Rondônia



Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou na quarta-feira que acompanha e fiscaliza de perto o andamento das obras do governo federal em Rondônia. Ele anunciou o início, na próxima semana, de uma ação de recomposição de pista e manutenção do trecho entre Vilhena e Pimenta Bueno, na BR-364.

De acordo com o senador, a população do cone sul de Rondônia está na expectativa quanto à conclusão da federalização e às obras de pavimentação da BR-435.

Outra preocupação de Gurgacz é a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. Para ele, a rodovia “se transformou num picadão no meio da Floresta Amazônica, com muitos buracos, atoleiros e pontes de madeira que oferecem risco de passagem até para pedestres”.

Jorge Viana destaca geração de empregos pelos governos do PT

Ao lembrar o Dia do Trabalho (1º de maio), Jorge Viana (PT-AC) destacou a geração de empregos como grande realização dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Para o senador, os governos do PT tornaram o país “muito melhor” e, hoje, o Brasil atingiu um nível de emprego superior ao dos países mais desenvolvidos. Viana criticou a oposição, que, para ele, quer fazer crer que o Brasil está no “fundo do poço”.

— Poucos governos no mundo podem passar o Dia do Trabalho apresentando os números que a presidente Dilma pode apresentar, fazendo o discurso que faz o presidente Lula, fazendo o discurso que quem faz parte do PT e da base aliada pode fazer — afirmou em Plenário, na quarta-feira.

Para Vanessa Grazziotin, profissionais têm sido valorizados e capacitados

Nos últimos anos, diversas categorias profissionais no Brasil viram a valorização de habilidades, desempenho e ganhos de produtividade, afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Para a senadora, o nível de emprego na última década tem apresentado um índice respeitável e promissor, apesar das críticas apresentadas a um eventual excesso de gastos que, no seu entender, decorre dos poderosos programas sociais do governo.

Segundo Vanessa, para que o Brasil possa responder adequadamente à justa pauta de reivindicações contemporâneas — que incluem melhores remunerações e condições de trabalho, redução da jornada e estabilidade no emprego —, é preciso insistir no desenvolvimento produtivo e econômico do país.



Cidinho Santos comemora baixo índice de desemprego

Cidinho Santos (PR-MT) comemorou o fato de que, neste 1º de maio, os trabalhadores brasileiros vão poder celebrar o aumento do emprego. De acordo com o parlamentar, o índice de desemprego em março estava inferior a 5%, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O representante de Mato Grosso também registrou a passagem da presidente Dilma Rousseff por Cuiabá no dia 24 de abril. Cidinho contou que, naquele dia, foram entregues 638 casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, de um total de 30 mil residências já concedidas em todo o estado.

— A presidente Dilma passou por Cuiabá. Foi muito aplaudida. As pessoas reconhecem o trabalho dela — disse.

Casildo Maldaner pede aprovação de leis em favor de cooperativas

Apesar da contribuição para o desenvolvimento do país, as 6,6 mil cooperativas brasileiras vivem na incerteza e na insegurança, advertiu, na quarta-feira, Casildo Maldaner (PMDB-SC).

A razão para isso, segundo o senador, é a ausência de uma lei complementar, prevista na Constituição, para fixar o marco regulatório para o setor.

Casildo lembrou que projeto de lei com esse teor (PL 271/2005) tramita na Câmara dos Deputados desde 2005. De autoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), o texto define o tratamento tributário ao ato cooperativo.

Outra proposta importante (PLS 40/2011), para ele, permite acesso dos bancos cooperados a verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador.



Jorge Viana preside sessão entre José Agripino (E) e Humberto Costa (D)

Segue para votação em Plenário projeto de Pedro Simon que obriga o Congresso a trabalhar no fim de ano, enquanto não aprovar o projeto de lei orçamentária anual

Recesso pode depender do Orçamento 2015

O CONGRESSO PODERÁ ser impedido de entrar em recesso em dezembro se não aprovar o Orçamento da União para 2015. Isso é o que estabelece Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50/2004, de Pedro Simon (PMDB-RS), aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A medida teve votos contrários de Gleisi Hoffmann (PT-PR), Ana Rita (PT-ES) e Ângela Portela (PT-RR).

A proposta, que agora segue para dois turnos de votação no Plenário, gerou debate entre os senadores e levou Gleisi a apresentar voto em separado. Após afirmar que “os tempos do Congresso não são os tempos da sociedade”, a petista disse temer que o Legislativo se alongue nas discussões e postergue a votação da peça orçamentária, causando dificuldades para a governança do país.

— O Brasil não pode parar! Minha preocupação é fazer algo que depois deponha



Gleisi Hoffmann foi umas das três parlamentares que se posicionaram contra o projeto de Pedro Simon, aprovado na CCJ

contra nós — declarou Gleisi.

As considerações da senadora sobre o descompasso entre as demandas da sociedade e o processo legislativo chegaram a receber apoio de Simon e de Pedro Taques (PDT-MT), mas ambos não abriram mão da aprovação da PEC. Para o autor, é uma “humilhação” o Congresso entrar em recesso sem votar o Orçamento.

— Nos Estados Unidos, o país para se o Congresso não

votar o orçamento. O presidente não pode fazer nada até que se vote — comentou Simon.

Depois de classificar as medidas provisórias como “excrescência”, Taques ponderou que impedir o alongamento de certos debates no Parlamento poderia enfraquecê-lo. Como saída para o impasse, sugeriu que o Plenário se debruçasse exclusivamente sobre assuntos urgentes e estruturantes para o país, de modo a con-



Lin de Paulo/Agência Senado

ferir agilidade às decisões do Congresso. Romero Jucá (PMDB-RR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também foram favoráveis à aprovação da proposta.

Estranheza

Para o relator da PEC, Alvaro Dias (PSDB-PR), “causa estranheza” o fato de a Constituição federal impedir o Congresso de entrar em recesso em julho se não votar o projeto de Lei

de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e não fazer o mesmo em relação ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA).

O senador observa no parecer que “a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual são partes de um mesmo processo, intimamente imbricadas, e não há razão para dar-lhes tratamento diverso”.

O texto da PEC estabelece que a “sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, nem finalizada sem a aprovação do projeto de Lei Orçamentária Anual”.

De acordo com a legislação em vigor, no início de um ano sem que o Orçamento tenha sido aprovado, o Executivo conta apenas com a liberação mensal de 1/12 do valor previsto para o custeio da máquina pública. Para projetos e investimentos, o governo deve esperar pela aprovação da LOA ou optar pela edição de medida provisória.

Governo faz esforço para dar sinais positivos ao mercado

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na terça-feira, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, apresentou projeções otimistas para a economia brasileira nos próximos anos. Na segunda-feira, em palestra em São Paulo, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, também demonstrou otimismo com os rumos econômicos do país. Além disso, o governo divulgou, na semana passada, dados mostrando que a dívida pública federal ficou estável no mês de abril e que a arrecadação de impostos e contribuições foi recorde no primeiro trimestre de 2014.

— Acredito que a meta de crescimento do PIB que estabelecemos é uma meta realista, clara e objetiva e atende aos clamores do mercado — disse a ministra aos senadores.

Segundo Miriam, o desenvolvimento do país tem como sustentáculos o fortalecimento do mercado interno, o aumento dos investimentos em infraestrutura, os mais de 20



Para Miriam (2ª à esq.), mercado interno forte, infraestrutura e aumento da renda são pilares do desenvolvimento

milhões de postos de trabalho formais criados desde 2003 e o aumento da renda média dos trabalhadores. Além disso, acrescentou, os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e de Investimentos em Logísticas (PIL) e o Minha Casa, Minha Vida também robustecem e ancoram, de maneira significativa, o crescimento do PIB.

Além do PAC e do Minha Casa, Minha Vida, a ministra

informou que o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 mantém como prioridade o Plano Brasil sem Miséria.

Divergências

Embora destacando a “seriedade e o esforço” de Miriam à frente do ministério, Lúcia Vânia (PSDB-GO) argumentou que, ao colocar o PAC, o PIL e programas sociais como prioridades no projeto da

LDO 2015, o governo deveria detalhar mais a proposta, relacionando projetos, ações e serviços desses programas.

Sem isso, opinou a senadora, a gestão administrativa fica menos transparente e o Congresso tem mais dificuldades de fiscalizar programas como o Fome Zero, o Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família, por exemplo.

Por sua vez, o deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP)

colocou em dúvida a capacidade do governo de controlar a inflação.

Apoio

O deputado Pedro Uczai (PT-SC) e o presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), discordaram. Na opinião de Uczai, as projeções do governo são “extremamente realistas e honestas”. Devanir garantiu que a CMO aprovará um Orçamento para 2015 “viável e exequível”.

Fazenda

De acordo com Mantega, a economia brasileira deve crescer entre 2,3% e 2,5% este ano. O produto interno bruto (PIB) crescerá 3% em 2015, 4% em 2016 e 4% em 2017, projetou. A previsão mais corrente de analistas do mercado financeiro é que o PIB crescerá 1,65% em 2014.

Ele elogiou os programas e garantiu que o governo continua empenhado em investimentos, ações e criação de empregos formais.

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Estatuto da Juventude

Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alcançar voos cada vez maiores.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

Comissão do Senado terá um peemedebista na Presidência e o petista José Pimentel na relatoria. Possível participação da Câmara deverá ser decidida pelos líderes amanhã

CPI da Petrobras terá PMDB e PT no comando

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito (CPI) que investigará denúncias de irregularidades na Petrobras, a ser instalada nesta semana, terá um peemedebista na presidência e o senador petista José Pimentel (CE) como relator. As definições foram anunciadas pelos líderes do PMDB, Eunício Oliveira (CE), e do PT, Humberto Costa (PE).

Por ter a maior bancada da Casa, com 20 senadores, o PMDB teve o direito a escolher a forma de participação do partido no comando da CPI. O líder optou pela presidência.

— Ambas as funções (presidência ou relatoria) têm papel fundamental no comando de uma comissão parlamentar de inquérito, mas a presidência é que vai fazer o dia a dia dos trabalhos — explicou Eunício.

O partido terá direito a ocupar 4 das 13 vagas do colegiado. Os nomes dos integrantes ainda vão ser divulgados, assim como o nome do indicado a presidente. Eunício explicou que precisa primeiro conversar com os possíveis indicados ao cargo.

Já a relatoria da CPI, que caberá ao PT por ser o partido com a segunda maior bancada (13 parlamentares), deve ficar a cargo de José Pimentel.

— A maior probabilidade é de que seja o senador Pimentel. Já conversamos e chegamos a prever essa possibilidade (de o PT ficar com a relatoria). Com a materialização dessa possibilidade, o nome é o dele — afirmou.

Para a oposição, a ocupação



Líder do PMDB, Eunício anuncia que, por ter a maior bancada do Senado, seu partido ocupará a presidência da CPI

da presidência e da relatoria por partidos da base aliada apenas demonstra que o governo terá o controle das investigações na comissão.

— Eu lamento que o governo continue dominando totalmente a CPI. Já faz isso há algum tempo, quando acabou com a tradição de compartilhar o comando das CPIs entre governo e oposição. A CPI é um instrumento da oposição, no entanto, o governo a subtrai e a utiliza a seu critério e caráter, impondo nomes que dirigirão a CPI para atender de forma passiva às suas imposições — declarou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), um dos proponentes da CPI.

Deputados

Já o impasse sobre a participação de deputados nas investigações só deve ser resolvido na reunião de líderes marcada

para amanhã. O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu aos líderes a indicação de nomes tanto para a CPI no Senado quanto para a CPI mista, mas afirmou que não será dele a decisão sobre qual delas funcionará ou se ambas funcionarão.

— Não cabe ao presidente do Congresso [cargo também ocupado por Renan] decidir quem é que vai investigar. Estabelecidos os pressupostos e guardado o princípio constitucional do direito da Minoria, nós temos que fazer a investigação. Os líderes precisam se entender no sentido de que tenhamos um acordo para saber em qual fórum ou se em mais de um fórum vai haver a investigação — esclareceu.

O governo insiste em uma CPI formada apenas por senadores, como explica Humberto Costa, líder do PT:

— Esse debate se iniciou aqui, a decisão do Supremo Tribunal Federal responde a uma provocação feita pelo Senado. Aqui temos condição de investigar de maneira serena. Temo que, numa CPI mista, aconteça o que aconteceu na CPI do Cachoeira, onde tivemos muito barulho, pouca investigação e, ao final, nenhum resultado — argumentou.

A oposição pressiona por uma CPI mista, com a participação de deputados. Na terça-feira, representantes de dez partidos na Câmara estiveram no Senado para defender a comissão ampliada.

Alvaro Dias defende a CPI mista. Para ele, não há razão para instalar duas comissões ao mesmo tempo.

Enquanto a CPI do Senado tem 13 titulares e 7 suplentes, a mista é composta por 13 senadores e 13 deputados.

De acordo com o presidente do Senado, se as lideranças não indicarem os integrantes, esse papel passa a ser do presidente da Casa legislativa.

Foco da investigação

Renan lembrou que pediu os nomes aos líderes em respeito à decisão liminar da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber, que determinou a imediata instalação da CPI exclusiva sobre a Petrobras e rejeitou a proposta de investigação ampla, incluindo denúncias de corrupção no metrô de São Paulo e no Porto de Suape, em Pernambuco, como propuseram senadores da base, entre eles, representantes de estados governados por PSDB e PSB, prováveis adversários do PT nas eleições.

— Cabe à própria comissão decidir o que é mais efetivo. O que mais rapidamente vai dar as respostas que a sociedade cobra. Eu acatei a liminar. Vou cumpri-la. Pedi a indicação dos nomes. Tão logo sejam indicados os nomes, a CPI vai se reunir sob a presidência do senador mais idoso e eleger o presidente, que indicará o relator — acrescentou.

A intimação do STF chegou ao Senado na quarta-feira, segundo anunciou o vice-presidente da Casa, Jorge Viana (PT-AC). Na terça, Renan havia confirmado a intenção de recorrer da decisão por um dever funcional da Presidência. Ele explicou que é preciso pacificar um entendimento do Pleno do STF sobre a matéria.

Cyro: "Faltam autocritica e humildade a Lula e ao PT"

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou, na quarta-feira, recentes declarações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à TV portuguesa. Na entrevista, Lula afirmou que 80% do julgamento do escândalo do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal teve "caráter político" e somente 20%, "caráter jurídico".

— Faltam autocritica e humildade ao ex-presidente Lula e ao próprio PT para aceitar o veredito da mais alta Corte do país — afirmou Cyro.

O senador lembrou que a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal foi nomeada por governos do PT, partido de Lula. Assim, no entendimento do senador, se o critério do julgamento do mensalão tivesse sido meramente político, os réus teriam sido absolvidos, e não condenados.

Durante o pronunciamento, o senador também afirmou que a presidente Dilma Rousseff é um fracasso como gestora e está conduzindo o país ao precipício.

Ana Amélia propõe controle para fundos de pensão

Ana Amélia (PP-RS) informou ao Plenário que apresentará proposta para atualizar a atual legislação de fundos de pensão de empresas estatais. De acordo com ela, o objetivo será o de assegurar mais transparência e mais controle dos fundos, garantindo gestão eficiente com menos ingerência política.

O projeto de Ana Amélia deve tornar mais rígida a Lei Complementar 108/2001, que normatiza a gestão dos fundos. A senadora também disse apoiar o projeto de lei complementar (PLP 161/2012) que tramita na Câmara com mesmo teor.

— É necessário que fundos públicos e de estatais tenham uma gestão tão

eficiente quanto a das empresas do setor privado. No caso público, o ingrediente político tem pesado mais que o da qualificação para governança. Não podemos dar a chance de existirem novos casos como o da Aerus. São necessárias novas regras para o setor — afirmou.

Paulo Bauer anuncia proposta para disciplinar indicações

Paulo Bauer (PSDB-SC) anunciou em Plenário, na quarta-feira, que em breve irá apresentar um projeto de lei para disciplinar as indicações para os cargos de diretores e conselheiros dos fundos de pensão de empresas estatais, além de estabelecer punições administrativas para atos lesivos contra o patrimônio das entidades. No pronunciamento, ele denunciou o aparelhamento político-partidário de empresas estatais e dos fundos de pensão.

De acordo com o senador, os problemas surgiram a partir da ascensão do PT ao governo do país. Antes, conforme assinalou, os fundos eram dirigidos por técnicos, alguns deles ligados à oposição. Pelo projeto, como explicou, os conselhos terão um integrante selecionado por mérito, sem vínculo com os fundos ou as empresas patrocinadoras.

— A intenção é colocar ordem na bagunça criada pelo PT nos fundos de previdência das estatais — afirmou.

Ivonete destaca contribuição da Embrapa ao país

A senadora Ivonete Dantas (PMDB-RN) registrou em Plenário, na quarta-feira, a passagem do 41º aniversário da Embrapa, empresa federal que responde pela promoção da pesquisa agrícola no país. Ela destacou sua alegria em saber que a empresa alcança uma boa execução financeira dos recursos oriundos das emendas parlamentares e que realiza, a cada R\$1 aplicado dessas verbas, um retorno de R\$ 9,07.

— Isso nos dá a tranquilidade de que a empresa cumpre com sua obrigação com a sociedade brasileira.

De acordo com a senadora, a empresa vem contribuindo de forma decisiva para a formação, a qualificação e as pesquisas no setor agropecuário.

Ivonete Dantas agradeceu aos colegas as palavras de estímulo e de boas-vindas em seu retorno ao Senado. Ela assumiu a vaga do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que se licenciou para tratamento de saúde.



Genildo Magalhães/Agência Senado



Genildo Magalhães/Agência Senado



Genildo Magalhães/Agência Senado



Genildo Magalhães/Agência Senado

Avança a criminalização de demissão por causa da aids

Plenário vai votar projeto que estabelece multa e prisão de um a quatro anos para evitar discriminação contra trabalhadores com o vírus HIV. Quem negar emprego ou segregar no trabalho terá a mesma pena

A DISCRIMINAÇÃO CONTRA portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids pode tornar-se crime, com multa e prisão de um a quatro anos. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a proposta (PLS 51/2003) na quarta-feira, rejeitando uma emenda da Câmara, e o texto segue agora para o Plenário.

A emenda tirava do projeto a definição como crime do fato de exonerar ou demitir. O relator da emenda, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), disse que atualmente os portadores de HIV têm plenas condições de trabalhar e viver com responsabilidade social. Ele informou ter recebido da Secretaria

de Saúde de São Paulo recomendação da Organização Internacional do Trabalho dizendo que não deve haver discriminação ou estigmatização em razão da doença e que demissão deve ser baseada nos mesmos critérios para todos os trabalhadores.

— Considero que a alteração feita na Câmara é um retrocesso na forma como a sociedade contemporânea tem encarado os portadores do HIV/Aids.

Pena para divulgação

Rejeitando a emenda, Aloysio votou pela manutenção da proposta original, que define os crimes resultantes de discriminação contra os portadores do vírus HIV. O texto acatado é

um substitutivo do ex-senador Arthur Virgílio a projeto de lei da ex-senadora Serys Slhessarenko.

O projeto prevê detenção de um a quatro anos e multa para quem recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno o portador de HIV em creche ou estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado. Na mesma pena incorre quem negar emprego ou trabalho, exonerar ou demitir de cargo ou emprego, segregar no ambiente de trabalho ou escolar, recusar ou retardar atendimento de saúde e divulgar a condição de portador do HIV ou de doente de aids com o intuito de ofender-lhe a dignidade.

O objetivo da proposta, segundo a autora, é proporcionar os meios legais para que sejam combatidos eficazmente “os preconceitos, as discriminações e as segregações sociais”.

A proposta original previa pena de três a cinco anos de reclusão para quem descumprisse a legislação, mas Arthur Virgílio considerou esse prazo “exacerbado”.



Aloysio (C) rejeitou emenda da Câmara na comissão presidida por Vital (D)

Indicações para ANS e Anvisa seguem para Plenário

Com 19 votos favoráveis e 1 contrário, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira José Carlos de Souza Abrahão e Jaime César de Moura Oliveira para cargos na diretoria, respectivamente, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As indicações, apresentadas pela Presidência da República, seguem para Plenário em regime de urgência.

Na CAS, os senadores argumentaram os indicados em sabatina conjunta. Para Abrahão, predominaram perguntas sobre a necessidade de integração

da saúde suplementar com o Sistema Único de Saúde (SUS). Oliveira foi questionado sobre decisões da agência, pois faz parte da direção do órgão desde 2011 e está sendo indicado para novo mandato.

Abrahão se mostrou comprometido com a articulação do sistema de saúde privado com o público. Oliveira disse que a Anvisa participa de fóruns para criar redes internacionais de agências reguladoras.



Entre Abrahão e Oliveira, senador Waldemir Moka conduz a sabatina conjunta

Comissão negocia regras para atendimento a autistas

Para debater o decreto que vai regulamentar a Lei de Proteção aos Autistas (Lei 12.764/2012), a Comissão de Direitos Humanos (CDH) reuniu na



quarta-feira familiares de autistas, parlamentares e o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Antonio José Ferreira. Wellington Dias (PT-PI),

que comandou a reunião e é pai de uma adolescente autista, afirmou que a intenção é encontrar “um decreto que possa abraçar todo mundo”.

Pais rejeitam a possibilidade de o decreto estabelecer o tratamento dos portadores do transtorno nos centros de atenção psicossocial (Caps), que surgiram com o fim da hospitalização psiquiátrica.



Suplicy anuncia visita do embaixador do Haiti, observado por Casildo

Eduardo Suplicy elogia acolhida de haitianos em São Paulo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou, na quarta-feira, o melhor entrosamento entre o governo federal e os dos estados do Acre e de São Paulo, além da prefeitura da capital paulista, sobre a situação dos refugiados haitianos.

Desde o terremoto de 2010, milhares de haitianos deixaram o país e chegaram ao Acre em busca de melhores condições de vida.

Suplicy defendeu investimentos no Haiti, o que poderia estimular a geração

de emprego. Assim, disse, os haitianos não mais precisarão deixar o país para encontrar melhores condições de vida.

Durante a sessão plenária da quarta-feira, o Senado recebeu a visita do embaixador do Haiti no Brasil, Madsen Chérubin.

Suplicy encaminhou ao embaixador solicitação dos refugiados para que seja agilizada a emissão de passaportes aos haitianos que chegam ao país sem o documento.



Parlamentares de Moçambique visitaram quarta-feira o Plenário, onde foram recebidos por Ana Amélia (E). Eles buscaram informações sobre comunicação social, direitos da criança e empoderamento da mulher.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)



No destaque, manifestante acusado de disparar rojão que matou o cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago Andrade

Conselho faz debate sobre violência contra jornalistas

Representação sindical dos jornalistas diz que crítica aos veículos não deve justificar o impedimento do trabalho dos profissionais de imprensa. Órgão do Congresso também discutirá horário de *A Voz do Brasil*

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso promove hoje, às 14h, audiência pública interativa para debater a violência praticada contra jornalistas, radialistas e comunicadores em geral.

Para discutir o tema, foram convidados a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti; a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Miki; o diretor-geral da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert), Luis Roberto Antonik; e o coordenador da Federação Interstadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert), José Antônio Jesus da Silva.

Na avaliação da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), as agressões contra os profissionais de imprensa não colaboram com a luta pela de-

mocratização da informação. Em nota recente, a entidade repudiou as agressões sofridas por jornalistas, sobretudo durante o exercício profissional, a exemplo do que ocorreu recentemente com equipe da TV Globo durante cobertura de protesto em Copacabana, no Rio de Janeiro. A Fenaj observa ainda que a crítica aos veículos de comunicação não deve servir de argumento para impedir o trabalho profissional.

A Voz do Brasil

Na mesma reunião, o con-

selho deverá definir a data de realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado (PLS) 19/2011, que confirma a obrigatoriedade de transmissão do programa *A Voz do Brasil* no atual horário de veiculação — de segunda a sexta-feira, das 19h às 20h — e propõe que a atração se torne parte do patrimônio imaterial do país. A proposta, já aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), tramita na Comissão de Educação (CE) e tem como relatora Ana Rita (PT-ES).

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CCSCNviolenciaEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CCSCNviolenciaAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211

Alvaro denuncia sucateamento e interferência na Polícia Federal



“O país exige uma reforma ampla no setor de segurança pública. O governo deve várias reformas e esta é só uma delas”.

A declaração foi feita por Alvaro Dias (PSDB-PR) em pronunciamento no Plenário na quarta-feira. Segundo ele, instituições como a Polícia Federal vêm sofrendo sucateamento e interferências políticas que prejudicam o próprio desempenho.

Conforme o senador, os policiais federais estão com salários defasados, sem reajustes há sete anos, mas não lutam apenas por melhores salários. Querem, principalmente, que melhore a gestão da instituição.

Alvaro também denunciou a redução de recursos destinados à segurança pública. De acordo com o parlamentar, enquanto em 2013 o setor contou com R\$ 11,3 bilhões, neste ano a destinação é de pouco mais de R\$ 9 bilhões.

— Isso por si só demonstra que segurança pública não é prioridade deste governo. Aumenta a população, a criminalidade cresce, a corrupção se alarga e o governo reduz os recursos destinados à segurança pública no país — afirmou o senador.

Ruben Figueiró homenageia centenário de Carlos Lacerda

No dia em que Carlos Lacerda completaria 100 anos, Ruben Figueiró (PSDB-MS) ocupou a tribuna para homenagear aquele que, na avaliação do senador, se destacou como um dos brasileiros mais capacitados de sua época. Figueiró situou Lacerda no mesmo patamar em que se encontram Ruy Barbosa, Oswaldo Aranha, San Tiago Dantas, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, que também não chegaram à Presidência da República.



Figueiró disse que Lacerda teve atuação marcante numa época em que o Brasil era sacudido por polêmicas, algumas transformadas em escândalos nacionais envolvendo dinheiro do Banco do Brasil. Segundo o senador, o ex-governador do antigo estado da Guanabara sempre se destacou “como um parlamentar brilhante, culto, cáustico nas críticas aos adversários e carbonário quando se tratava dos mal feitos do governo”.

Figueiró explicou que sua homenagem decorreu da leitura de reportagem de Melchíades Cunha Júnior, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Figueiró reconheceu, assim como esse cientista político, que é impossível ser indiferente a Carlos Lacerda.

Aprovada criação de cargos na Escola Superior do MPU

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na quarta-feira, projeto de lei da Câmara que cria 203 cargos efetivos na Escola Superior do Ministério Público da União (MPU). São 86 vagas para a carreira de analista e 117 para a de técnico.

A proposta

(PLC 123/2013) recebeu parecer favorável do relator, senador Pedro Taques (PDT-MT), que pediu a votação do texto em regime de urgência no Plenário.



Taques afirmou, no relatório, que o projeto favorecerá o fortalecimento do Ministério Público da União.

Senadores vão analisar reforma do Código de Processo Civil

Na presidência da sessão plenária da quarta-feira, Jorge Viana (PT-AC) listou os senadores que vão compor a comissão temporária para estudar as alterações feitas pelos deputados ao projeto que reforma o Código de Processo Civil. A proposta (PLS 166/2010) foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 26 de março e agora caberá aos senadores dar o formato final ao texto.

O projeto traz novas regras que podem simplificar as ações judiciais, como os casos de família, do consumidor e de relações trabalhistas. A proposta prevê, por exemplo, que quem não pagar a pensão alimentícia vai ser preso em regime fechado. Estabelece também que a Justiça só pode confiscar bens dos sócios para pagar dívidas de empresas após ouvir as partes.

Votação de projeto que reprime atos de vandalismo é adiada

Devido a um pedido de vista, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou o exame da proposta que visa reprimir crimes em manifestações. O projeto (PLS 508/2013) considera circunstância agravante para a pena o uso de máscara, capacete ou outro utensílio ou expediente que dificulte a identificação de quem comete o crime.

O relator, Pedro Taques (PDT-MT), apresentou substi-

tutivo ao projeto de Armando Monteiro (PTB-PE), aumentando as penas para crimes já tipificados, caso eles ocorram no contexto de manifestação. Ele considerou o tipo penal proposto, o de vandalismo, “demasiadamente amplo”.

Taques enfatizou que o projeto não trata do crime de terrorismo, regulamentado em outro projeto. Se a proposta for aprovada pela CCJ, deve seguir para a Câmara.

Simon pede aos jovens para voltarem às ruas e se manifestarem

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu na quarta-feira, em Plenário, que os jovens voltem a se manifestar nas ruas pelo voto consciente nas eleições, mas sem vandalismo. Para o senador, os brasileiros vivem atualmente “os momentos mais importantes de uma nova história”.

O senador citou fatos que levaram os jovens às ruas no passado, como a luta pela anistia, a campanha pelas Diretas Já, o movimento dos caras-pintadas. Para o senador, em junho do ano passado, os jovens voltaram às ruas como nessas situações, motivados, segundo ele, por um apartheid social.

Simon criticou ainda a corrupção na política e comparou-a aos “estádios suntuosos” feitos para a Copa do Mundo em detrimento da saúde e da educação.

— O povo sabe que o dinheiro é desviado pela corrupção e esse dinheiro que é desviado pela corrupção é o mesmo que falta nos hospitais, na escola, na rua e nas casas. O povo sabe, portanto, que a corrupção é causadora principal de todos os tipos de apartheid — disse.

O senador gaúcho deixou claro que defende as manifestações pacíficas. Para ele, as mudanças só virão por meio de pressão, mas o vandalismo não é válido.



Em audiência conduzida por Cyro Miranda (2º à esq.), Rodrigues descreve as riquezas da região

Dia da Amazônia Azul valoriza o mar brasileiro

Em audiência na Comissão de Educação e Cultura, contra-almirante apoia projeto que cria data anual para celebrar o espaço marítimo do país, com alto potencial econômico

A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA e cultural da Amazônia Azul, como é chamado o espaço marítimo do Brasil, foi destacada em audiência pública na Comissão de Educação e Cultura (CE), quarta-feira. Segundo o contra-almirante Marcos Silva Rodrigues, secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, o projeto (PLS 30/2014) de Benedito de Lira (PP-AL) que cria o Dia Nacional da Amazônia Azul vai despertar a consciência sobre o mar.

Pela proposta, a data será comemorada anualmente em 10 de dezembro. A audiência foi requerida por Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator do projeto.

Rodrigues observou que pela Amazônia Azul — região marítima de 4,5 milhões de quilômetros quadrados contígua à costa brasileira — circulam 95% do comércio exterior e de lá são extraídos 90% da produção de petróleo e 70% do gás natural.

— Que no dia 10 de dezembro todos vistam camisa azul ou coloquem fita azul ou lenço azul e digam que essa Amazônia Azul é do Brasil — disse.

Biodiversidade

O contra-almirante falou sobre os aspectos históricos e culturais do mar e sobre a biodiversidade marinha no Brasil. Ele observou que a prática de esportes e a

pesca demonstram que o espaço marítimo brasileiro tem um enorme potencial econômico que ainda não é explorado.

— Na Amazônia Azul, temos uma biodiversidade que é maior do que a da Amazônia verde. Os Estados Unidos, por exemplo, têm hoje cerca de 300 patentes de produtos da biodiversidade dos oceanos. Nós não podemos ficar atrás, queremos progredir nessas pesquisas — apontou.

O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) concordaram que o Dia da Amazônia Azul será importante para despertar a consciência sobre o mar. Cyro prometeu votar o projeto até o dia 15.

Cassol lembra que é hora de recuperar prejuízos



reconstrução de estradas.

Ele também alertou para o perigo do surto de doenças que pode ocorrer nesse período e cobrou do governo federal a liberação de recursos para as ações de recuperação em Rondônia.

— Nós temos muitas promessas do Ministério da Integração Nacional; muitas pessoas falam em milhões, outras falam em bilhões, e muitas vezes não liberam nem cruzeiros, nem reais. Esperamos que realmente seja atendida a real necessidade que aquela população demanda — disse o senador.

O parlamentar alertou ainda para o risco de paralisação de muitas obras após a Copa do Mundo.

Cassol saudou os trabalhadores pelo Dia Internacional do Trabalho, comemorado na quinta-feira (1º de maio).

Valdir Raupp pede apoio para reconstruir Rondônia



desabrigadas no estado.

Raupp comemorou o fato de o rio já ter começado a baixar, mas disse que agora vem a parte mais pesada, que é a reconstrução das áreas atingidas. Vários municípios já decretaram estado de emergência e os prejuízos podem chegar a mais de R\$ 5 bilhões, afirmou.

O senador agradeceu o apoio do governo federal e sugeriu a edição de uma medida provisória, para a liberação mais rápida de recursos para as áreas atingidas.

— O governo do estado precisa de suporte financeiro, de perdão de dívidas, de rolagem de dívidas, assim como os municípios atingidos, para poder melhorar a vida das pessoas que estão hoje enfrentando todas essas dificuldades — disse o parlamentar.

ACONTECEU NO SENADO

Senado aprova redução de imposto de microempresas

Os estados não poderão usar a substituição tributária indiscriminadamente

O Senado aprovou na terça-feira projeto de lei (PLS 323/2010) que alivia a carga tributária das micros e pequenas empresas, impondo limite à adoção pelos estados da substituição tributária, mecanismo que obriga a empresa a pagar o imposto devido pelos clientes ao longo da cadeia de comercialização.

A cobrança reduz, na prática, os benefícios do tratamento diferenciado dado às microempresas pela Constituição e pela Lei Complementar 123/2006, avaliou o relator da proposta,



Relator, Armando comemora negociação que permitiu a aprovação

Armando Monteiro (PTB-PE).

— As emendas permitiram que nós construíssemos uma solução negociada com o Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária] e, ao final, chegamos a um

resultado que garante a exclusão de um grande número de empresas desse mecanismo de substituição tributária, mas com um impacto suportável para os fiscais, portanto, um bom acordo — comemorou o relator.

SEGUE PARA A CÂMARA EXTENSÃO DO BOLSA-ATLETA AOS TÉCNICOS

A Comissão de Educação (CE) confirmou,

em turno suplementar, o texto que estende aos

técnicos os benefícios do Programa Bolsa-A atleta. Pela proposta, os técnicos devem ganhar estímulo correspondente a 10% do valor do benefício recebido pelos atletas que atendem, sendo possível acumular até dez bolsas. Agora o texto segue para a Câmara, a menos que haja recurso para decisão final no Plenário.



Cada técnico poderá receber por treinamento de até dez atletas

PLENÁRIO AMPLIA VERBA PARA INVESTIMENTO PELO BNDES EM R\$ 24 BI

O Senado aprovou a liberação de R\$ 24 bilhões do Tesouro Nacional para investimentos. Financiamentos de longo prazo do BNDES usarão a Taxa de Juros de Longo Prazo — a menor possível para títulos do governo —, segundo o Projeto de Lei de Conversão 4/2014, oriundo da Medida Provisória 628/2013.

ESPECIALISTAS TEMEM INTERFERÊNCIA DO 4G NA TV DIGITAL

Representantes do Ministério das Comunicações disseram na terça-feira, em audiência pública sobre o leilão da faixa de frequência de 700 MHz, que a pasta tem tomado precauções para garantir a convivência entre a TV digital e a internet de quarta geração (4G). A expectativa é de que novas normas evitem interferências.

APROVADA MP COM QUASE R\$ 2 BILHÕES PARA MINISTÉRIOS

O Plenário aprovou na terça-feira a Medida Provisória (MP) 637/2013, que abriu crédito de quase R\$ 2 bilhões para nove ministérios em dezembro. Seis deles usaram o dinheiro na administração direta e outros três o repassaram à Polícia Rodoviária Federal e à Fundação Nacional de Saúde, entre outros.

PROJETO GARANTE IGUALDADE ÀS MÃES NO REGISTRO DE FILHOS

O projeto que permite à mãe registrar em cartório o nascimento do filho em condições de igualdade com o pai foi novamente aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e volta à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pela lei atual, o pai tem precedência para registro do filho.

GUARDA COMPARTILHADA PODERÁ SER OBRIGATÓRIA

A guarda compartilhada do filho em caso de desacordo dos pais poderá ser obrigatória. A CDH aprovou na terça-feira substitutivo de Ângela Portela (PT-RR) ao Projeto de Lei da Câmara 117/2013, que obriga o juiz a aplicá-la se ambos os pais estiverem aptos para exercer o poder familiar.

BRUNO DANTAS PODERÁ SER O NOVO MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O consultor legislativo do Senado Bruno Dantas foi aprovado pelo Plenário para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A indicação segue agora para votação na Câmara.